

TST mantém indenização a bancário sequestrado com a família

27/06/2022

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação da Caixa Econômica Federal ao pagamento de indenização de R\$ 100 mil a um bancário de Novo Repartimento (PA) que, junto com a família, ficou refém de criminosos que planejavam assaltar a agência bancária em que trabalhava. A Caixa recorreu por considerar o valor "exorbitante", mas, para o colegiado, ele é proporcional ao dano.

Reprodução



Reprodução TST mantém valor de indenização a bancário sequestrado com a família

Tesoureiro executivo, o empregado e a família foram vítimas, em agosto de 2019, de criminosos que invadiram sua residência para obter informações para roubar a agência bancária em que ele trabalhava. Em seguida, foi levado ao local.

Na ação trabalhista, ele disse que a Caixa havia negado seu pedido de transferência e de ajuda psicológica, que, segundo ele, eram asseguradas por normativo interno. O juízo da 11ª Vara do Trabalho de Belém condenou a Caixa a pagar indenização de R\$ 50 mil, e o valor foi aumentado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região para R\$ 100 mil.

Para o TRT, o empregado havia sofrido danos ao seu patrimônio imaterial, e o assalto só ocorrera em razão do trabalho exercido por ele. Em recurso, a Caixa Econômica contestou o valor, sustentando que, além de "exorbitante", teria deixado de observar o princípio da razoabilidade e a proporção em relação ao dano causado ao empregado.

A relatora do recurso, ministra Delaíde Miranda Arantes, observou que o TRT, ao fixar o valor de R\$ 100 mil, levou em conta a gravidade do ocorrido (sequestro do empregado e de seus familiares e danos psíquicos decorrentes) e a responsabilidade da Caixa, "que deixou de tomar providências a fim de reduzir os danos e amparar a família do trabalhador".

Para a ministra, o porte financeiro da instituição e o caráter punitivo e pedagógico da pena atendem aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A decisão foi unânime. *Com informações da assessoria de imprensa do TST.*

RR 51-33.2020.5.08.0011

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-jun-27/tst-mantem-indenizacao-bancario-sequestrado-familia/>